

# Liberalismo, nacionalismo e extremismo de direita: percursos político-ideológicos na América Latina

---

**Carolina Salgado**

**Resumo:** A ascensão da extrema-direita hoje é um fato – pensar sobre os seus reflexos para a ordem internacional requer embasamento sobre conceitos e fenômenos frequentemente tratados de forma superficial diante da urgência em reagir a tal fato. Este ensaio recupera os percursos que se iniciam no século XIX, com as independências das Américas Hispânica e Portuguesa, demonstrando como liberalismo, nacionalismo e extremismo se tornaram uma tríade político-ideológica central para entendermos o contexto complexo em que vivemos hoje.

**Palavras-chave:** liberalismo; nacionalismo; extremismo de direita; América Latina.

## **Liberalism, Nationalism and Right-Wing Extremism: Political-Ideological Paths in Latin America**

**Abstract:** The rise of the far-right today is a fact – thinking about its impact on the international order requires grounding in concepts and phenomena that are often treated superficially, given the urgency of reacting to this fact. This essay retraces the paths that began in the 19th century, with the independence of the Hispanic and Portuguese Americas, demonstrating how liberalism, nationalism and extremism have become a central political-ideological triad to understand the complex context in which we live today.

**Keywords:** liberalism; nationalism; right-wing extremism; Latin America.


Pensar em como liberalismo, nacionalismo e o extremismo de direita se interligam e têm adquirido centralidade nos debates políticos, acadêmicos e sociais recentes na América Latina é tarefa nem sempre acompanhada de rigor conceitual e a devida apreciação histórica por analistas de relações internacionais. A velocidade com a qual a conjuntura toma forma e se desdobra em compasso dinâmico nas diversas localidades latino-americanas impele à opção por análises concisas e objetivas, na medida em que condicionadas pelas incertezas diante da realidade sociopolítica vigente – marcada por insatisfações populares e esgotamento de modelos que estruturam as relações Estado-sociedade, como o capitalista neoliberal. Já os historiadores, por sua vez, se delongam na pesquisa em fontes e evidências para revisões historiográficas que deem conta de explicar as origens e distintas manifestações de fenômenos que caracterizam tal realidade – como os três que serão mobilizados neste ensaio.

O objetivo deste ensaio é, portanto, primeiramente revisitar os percursos político-ideológicos que elucidam aspectos históricos centrais para a compreensão acerca da interligação entre liberalismo, nacionalismo e extremismo. Em um segundo momento, observar de que forma esses aspectos se apresentam hoje, no âmbito da ascensão da extrema-direita, a partir da experiência da América Latina. Como veremos, a região tem as suas especificidades históricas que, uma vez trazidas para o centro da análise, desvendam perguntas importantes para o aprofundamento dos estudos sobre a ascensão da extrema-direita no presente, por exemplo, como “estariam as ideias liberais na raiz de nossa persistente fratura social?”

O recorte é geopolítico e se justifica na coexistência verificada na região de conexões com redes transnacionais reacionárias e de uma tradição republicana forjada nas revoluções pelas independências. No caso do Brasil, embora a independência tenha se seguido pelo regime monárquico já vigente em Portugal, foram inúmeras as revoltas abolicionistas e populares que congregaram diferentes sujeitos (indígenas, posseiros, soldados mestiços, gente comum, escravizados fugidos) insatisfeitos com o regime e com os encaminhamentos políticos do Império.

Nesse sentido, a América Latina desafia a historiografia europeia na sua capacidade de explicar a apropriação de ideias modernas medulares, como o nacionalismo e o liberalismo, em contextos pós-coloniais – requerendo, assim, o deslocamento epistemológico oferecido por cientistas sociais da região, a partir do qual este ensaio foi pensado. Com isso, além de fazer jus à qualidade das pesquisas conduzidas regionalmente,

---

**Carolina Salgado**  é doutora em *Relações Internacionais* com dois pós-doutorados em áreas correlatas. Atualmente é professora no Instituto de *Relações Internacionais* da PUC-Rio. Suas áreas de pesquisa e publicação incluem *Saúde Global*; *Análise de Política Externa*; *Organizações Internacionais*; *Relações União Europeia-América Latina*; *Nova Direita e Extremismo na Europa e nas Américas*.

a maioria publicada em espanhol e português, conseguimos oferecer hipóteses consistentes, no lugar de somente reagir ou pensar a partir de referenciais históricos exteriores.

A formação dos Estados Nacionais na América Hispânica – iniciada com as guerras civis que culminaram nas independências entre 1810-1822, destruindo a estrutura produtiva colonial – acontece à luz da experiência da Revolução Americana e da influência da Revolução Industrial, de forma que todas as ex-colônias se tornam repúblicas federativas. Retirar os privilégios das metrópoles e criar novos ordenamentos pós-revolucionários eram as forças motrizes de líderes inspirados pelas ideias liberais, como Simón Bolívar (Grande Colômbia, que corresponde a Colômbia, Venezuela e Equador), José de San Martín (Argentina e Peru) e Bernardo O’Higgins (Chile). Para o sociólogo brasileiro Sérgio Fausto (IRI-USP 2015), apesar da estabilização do território, “as instituições enraizadas no liberalismo clássico que surgem na América Latina aparecem acopladas a sociedades estruturalmente heterogêneas e sumamente desiguais, o que explica as tensões de integração social, política e econômica dos setores marginalizados da população”.

*[A] América Latina desafia a historiografia europeia na sua capacidade de explicar a apropriação de ideias modernas medulares, como o nacionalismo e o liberalismo, em contextos pós-coloniais – requerendo, assim, o deslocamento epistemológico oferecido por cientistas sociais da região, a partir do qual este ensaio foi pensado.*

Isto significa que o regime republicano não chega acompanhado de um sentimento nacional, ou nacionalidade, pela falta de um elemento aglutinador que motivasse o interesse comum entre o povo. O liberalismo e as tensões populares se encontram, portanto, na origem da América Latina. Para Claudia Wasserman, historiadora brasileira, isso se dá em consequência dos séculos de escravidão e, em consonância com o sociólogo guatemalteco Edelberto Torres Rivas, também do domínio colonial sobre os elementos constitutivos da identidade. Ela cita o sociólogo Torres-Rivas (Wasserman 2000, 179), que diz:

*A conquista e posterior colonização forjaram de cima, a partir do poder colonial, por mais de duzentos anos, uma extensa comunidade de idioma, religião e raça; apesar disso o império espanhol na América foi, principalmente, uma ordem política cons-*

*truída sobre profundas descontinuidades econômicas, geográficas, culturais e sociais: uma nação atada por cima e solta por baixo.*

Diante da fragilidade social e concomitante falta de autonomia econômica, verificamos que as independências abriram caminho para o que o sociólogo marxista equatoriano Agustín Cueva explica por meio do termo “anarquia pós-revolucionária” (1977), isto é, um desequilíbrio e uma instabilidade produtiva causados principalmente pela insuficiência do mercado interno, que durou até a consolidação do capitalismo com o desenvolvimento acelerado do setor primário-exportador e reaquecimento da economia europeia, em torno de 1850. Podemos dizer, então, que o liberalismo revolucionário é instituído de cima para baixo pelos líderes, como forma de acabar com as bases de legitimidade do poder monárquico, mediante a organização do território e dos meios de produção. Contudo, essa atuação é feita de forma oligárquica, centralizadora e semisservil, contrariando o princípio moral do bem comum sobre o qual se assenta o liberalismo. O nacionalismo parecia ser uma condição ou garantia para o êxito do projeto liberal pós-revolucionário na América Latina.

## **LIBERALISMO E NACIONALISMO: A DISSOCIAÇÃO NO SÉCULO XIX**

Como se sabe, o liberalismo clássico que inspirou as lideranças revolucionárias nas independências da América Hispânica é eurocêntrico, isto é, pensado a partir e para o contexto europeu. Essa constatação significa dizer que a influência do individualismo e do patrimonialismo liberal somados ao ideário iluminista calcado nos Direitos do Homem colocou em xeque a questão da cidadania, uma vez que, diferentemente da Europa, as nações latino-americanas eram essencialmente plurais – etnicamente miscigenadas (crioulos, indígenas, afrodescendentes, mestiços e mulatos) e socialmente heterogêneas, estratificadas entre uma elite de nobres e burgueses (proprietários de terras e escravos, representantes políticos, comerciantes), classe média que emergiu da gradual urbanização, camponeses, trabalhadores rurais e uma grande massa de marginalizados, principalmente entre as populações nativas.

Ademais, a taxa de alfabetização não chegava aos 10% da população total, sendo o Chile e a Argentina os Estados com melhores índices, enquanto o Brasil marcava apenas 1.2% da população com acesso a estabelecimentos educativos em 1860 (Weinberg 2020, 276). Esses dados importam na medida em que a consolidação da nacionalidade requer um processo de homogeneização que permita à sociedade se reconhecer no conceito de nação. E, no âmbito de tal processo, a educação se encontrava no ideário de diversos líderes, como vemos nas transcrições do liberal

mexicano José María Luis Mora presentes na obra de Gregorio Weinberg (2020, 224). Mesmo com enfrentamentos e a alternância de ideias e poder entre conservadores e liberais (2020, 218), o autor nos explica que ambos os grupos percebem a educação como uma condicionante da construção da nação: “lo importante es que, tanto los liberales como los conservadores, van a tener conciencia de la importancia de la educación en su doble valor: como instrumento de mejoramiento material del país y como modelador de ciudadanos leales [...]” (Vázquez de Knauth 1970, 23 apud Weinberg 2020, 222). Dessa forma, entendemos que se faria necessária a precedência da sociedade sobre o indivíduo na conformação da nova realidade política pós-revolucionária, ideia que fortalece ainda mais a interligação entre o liberalismo e o nacionalismo. Vejamos.

Se é certo que a importação das ideias liberais – igualdade entre direitos e liberdades civis; constituições, divisão de poderes; soberania popular; sufrágio e participação política (cidadania); sociedades de pequenos proprietários livres, incluindo indígenas e negros; educação pública; liberdade de imprensa e religião; contribuições fiscais e fim dos encargos coloniais – foi gatilho para as independências, já vimos até aqui que não se verificou a disseminação dessas ideias entre a população. Para pensarmos sobre os efeitos do que chamo “dissociação político-ideológica” entre as classes sociais, o argumento a seguir, da historiadora Ivana Frassetto (2022), da Universidade de Valência, é de grande valia: a formação dos Estados se identifica mais com a independência do que com revolução liberal, ao passo que a questão nacional é inerente à revolução liberal e não tanto às independências, pois o que limitou a revolução foi construção de Estados sem nações.

Primeiramente, Frassetto rompe com a noção de que independência e revolução foram fenômenos com consequências complementares e, depois, reforça a insuficiência da influência do liberalismo clássico europeu sobre os líderes revolucionários para a conformação do nacionalismo. Com isso, temos que, se por um lado as independências salvaram as revoluções pelo êxito na formação territorial, política (instituinto o regime republicano) e, posteriormente, econômica dos Estados, por outro lado a questão nacional se torna uma pendência da revolução liberal – e não tanto das independências – já que a ausência de consciência e participação popular esvazia o liberalismo tal como importado pelas elites. O que limitou a revolução foi, portanto, a construção de Estados sem nações – precisamente o oposto do que ocorreu na Europa, onde o liberalismo está presente entre a oligarquia moderada que temia a expansão do nacionalismo entre as massas (Hobsbawm 1990).

Para a proposta de compreensão acerca da interligação entre liberalismo e nacionalismo no percurso político-ideológico da América Latina, é importante pontuar que, justamente em decorrência dessa *dupla dissociação* – entre independência e

Estados *vs.* revolução e nações, e entre elites *vs.* povo –, liberais e conservadores se alternavam no poder político, e levantes populares se avolumavam em províncias lideradas por déspotas autoritários como Antonio López de Santa Anna no México, Diego Portales no Chile e Juan Manuel de Rosas na Argentina.

Dessa forma, podemos dizer que foi no pilar econômico, por meio do capitalismo, que se deu a principal fratura entre as oligarquias exportadoras e a burguesia revolucionária no que tange ao desenvolvimento dos Estados. Conforme explicam os historiadores Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli (1984), para as oligarquias, o nacionalismo enquanto opção político-ideológica parecia atrapalhar suas iniciativas em curso – dentre as quais a manutenção do trabalho servil nos latifúndios, a brutal apropriação de terras indígenas e a modernização da estrutura produtiva – no sentido de estreitar vínculos com o sistema capitalista monopolista internacional. Ademais, se depararam tanto com o cenário de introdução do capitalismo na América Latina marcado pela escravidão, produção agrária e imensa população rural, quanto com a própria falta de interesses de classe – quem, como e onde exercer poder?

José Carlos Chiaramonte (1991, 19), historiador argentino estudioso da formação da nação no Rio da Prata, afirma a inexistência de nacionalidades nos tempos da independência e chama de “mito das origens” o anacronismo de associar a emancipação política com o que ele define como “um conjunto de sentimentos de um grupo humano com algum grau de homogeneidade cultural e consciência de sua identidade e de sua diferença em relação a outros grupos sociais”. Também para o caso do Brasil, onde a “independência sem povo”, nas palavras de José Murilo de Carvalho (2013), foi declarada por Dom Pedro I deixando a população apartada do processo histórico (Lynch 2012), a tese de Chiaramonte é corroborada por István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta (2000, 132), quando afirmam que

*Hoje é assente que não se deve tomar a declaração da vontade de emancipação política como equivalente da constituição do Estado Nacional brasileiro, assim como o é o reconhecimento de que o nexo entre a emergência desse Estado com a da nação em cujo nome ele foi instituído é uma das questões mais controversas da nossa historiografia.*

Os historiadores esclarecem que, à semelhança do que ocorreu no Prata, também no conjunto dos territórios que hoje constituem o Brasil havia múltiplas identidades políticas, sendo que as regionais se sobrepunham à nacional. Portanto, não havia inexorabilidade histórica em ambos os processos, hispânico e brasileiro: a nacionalidade era projeto a ser inventado na América.

## NACIONALISMO E EXTREMISMO: A ASSOCIAÇÃO NO SÉCULO XX

Como vimos até aqui, as ideias liberais de cunho social e político foram esvaziadas após as independências, principalmente devido ao que chamei de *dupla dissociação*. Retomando brevemente o sentido do termo, a primeira dissociação se refere ao fato de que, por um lado, tivemos as independências e a formação de Estados sem, contudo, clareza por parte dos líderes acerca de qual seria o regime político viável – a historiografia mostra, por exemplo, que as tentativas de restabelecer a monarquia na América Latina não foram poucas (Straka; Manzur in Bermúdez 2023), somadas à forte influência do Brasil sobre esses líderes, cujo processo de independência não rompeu com o regime herdado das relações orgânicas com Portugal, predominantes até 1889. E, por outro lado, houve o enfraquecimento do movimento e das ideias revolucionárias em grande medida pela ausência do nacionalismo, isto é, ausência de fatores que geram pertencimento a uma comunidade política territorialmente delimitada, uma vez que a pobreza, os confrontos civis e a instabilidade política só cresciam. Temos aí, portanto, a dissociação entre independência e Estado *vs.* revolução e nações.

A segunda dissociação se refere àquela verificada entre elites *vs.* povo, tanto nas repúblicas hispânicas quanto na monarquia brasileira. O baixo entendimento popular acerca dos movimentos no imediato período pós-colonial tem diversas razões, dentre as principais a ausência de mercado interno e de educação, bem como a continuidade da escravidão e da regionalização como fatores que atrasaram a conexão identitária entre o povo e o território. Entretanto, entre as elites – oligárquico-exportadora e revolucionária –, a conduta no pós-independência foi bem diferente. Ao passo que a primeira se orientava claramente para a estabilização daqueles Estados no capitalismo internacional, a segunda oscilava em relação à questão nacional, o que contribuiu para o esvaziamento do sentido político do liberalismo traduzido nas reformas para as quais o nacionalismo se tornava condição de possibilidade.

Já na sua vertente econômica, o liberalismo se fortalece à medida que o capitalismo avança, a urbanização se intensifica e a educação (predominantemente implementada sob o método lancasteriano<sup>1</sup>) se expande entre o povo. As inúmeras disputas, principalmente militares e ideológicas, travadas no século XIX entre as classes sociais (e raciais) demonstram que o nacionalismo e o Estado territorial são componentes propulsores do liberalismo, porque delimitam a constitucionalidade dos direitos indi-

---

1. Gregorio Weinberg oferece algumas características do método desenvolvido pelo educador inglês Joseph Lancaster, trazido primeiramente a Caracas por Simón Bolívar entre 1825-1827: “[el método] permitiría impartir educación primaria a un millar de niños simultáneamente con el empleo de un único maestro, auxiliado en sus tareas por los alumnos más aventajados como monitores, y apelando a campanillas y silbatos que convertían el aula en algo demasiado semejante a un cuartel, con su régimen militarizado y su rígida disciplina” (Weinberg 2020, 198).

viduais e coletivos, assim como a possibilidade de unificação cultural. É certo que, até mesmo para a historiografia anglo-saxã sobre a construção do nacionalismo, representada por Eric Hobsbawm, Ernest Gellner e Benedict Anderson, esse foi um fenômeno dual, pois se deu por meio da manipulação de dados culturais pré-existentes que visavam responder às necessidades das elites, culturalmente unificadas, de homogeneizar as suas populações, culturalmente fragmentadas.

Diante dessa discussão, entendemos que o conservadorismo sempre esteve presente na construção do nacionalismo latino-americano, em decorrência principalmente da consolidação do capitalismo agrário-exportador capitaneado pela elite oligárquica conservadora que defendia o Estado unitário e a manutenção da ordem escravista. E, no caso do Brasil, também da manutenção dos vínculos ideológicos e afetivos com a Europa que impregnavam dúvidas a respeito da viabilidade de nações miscigenadas. Dessa forma, podemos dizer que a vertente econômica do liberalismo triunfa, ainda que desacompanhada das reformas políticas liberais, deixando clivagens raciais, interétnicas, religiosas e de gênero que, no século XX, se aprofundaram na mesma medida que se intensificaram as desigualdades sociais e crises econômicas.

Para demonstrar a consistência da associação entre nacionalismo e conservadorismo na América Latina do século XX, temos, além dos períodos de Estado de exceção e ditatoriais que se alastraram do México ao Chile, com rebeliões, assassinatos, golpes e participação do Exército, também a voz popular cada vez mais insatisfeita perante o aumento das desigualdades socioeconômicas. Teriam estes dois setores da sociedade – elite política e empresarial apoiada pelas Forças Armadas e a camada mais desfavorecida do povo – alguma possibilidade de confluência ideológica?

*[O] conservadorismo sempre esteve presente na construção do nacionalismo latino-americano, em decorrência principalmente da consolidação do capitalismo agrário-exportador capitaneado pela elite oligárquica conservadora que defendia o Estado unitário e a manutenção da ordem escravista. E, no caso do Brasil, também da manutenção dos vínculos ideológicos e afetivos com a Europa que impregnavam dúvidas a respeito da viabilidade de nações miscigenadas.*

Vejamos alguns fragmentos de fontes primárias que apresentam as visões de ditadores e as preocupações populares, nas quais ficam claras, respectivamente, a importância da unidade nacional e da crise econômica para sentenciar a tônica conservadora nos rumos ideológico e político do nacionalismo latino-americano<sup>2</sup>.

## Das ditaduras

Augusto Pinochet (1973-1989), Chile

No repositório digital *Ersilias*, seção “Discursos”<sup>3</sup>, encontramos diversos documentos dos anos Pinochet, dentre discursos, matérias de jornais, fotografias e correspondências. O fragmento abaixo revela a preocupação do ditador com a unidade do país, com um “comum destino superior” dos chilenos, com a missão histórica do país e da nação:

*Carta a los chilenos (Londres, diciembre de 1988)*

*Creo firmemente en la unidad del país. Todo lo que he hecho a lo largo de mi vida no ha tenido otra razón de ser que producir el reencuentro de los chilenos con su común destino superior. Estoy profundamente convencido que nunca han tenido ni tendrán futuro los países que no logran descubrir la misión histórica que están llamados a cumplir. Tengo la certeza de que nunca han podido ni podrán entender los desafíos que les depara el porvenir, aquellas naciones que olvidan o reniegan de su historia.*

Ditadura Militar (1964-1985), Brasil

No portal Memórias da Ditadura<sup>4</sup>, realizado pelo Instituto Vladimir Herzog, temos uma coletânea de fontes textuais e iconográficas que relata a memória do período. É diversa a natureza das fontes produzidas pelos sujeitos da ditadura e da resistência, desde propagandas, leis, músicas, vídeos, cronologias e perfis dos perseguidos e mortos pelo regime. Podemos encontrar, por exemplo, menção ao Decreto-lei N° 869, de 12 de setembro de 1969<sup>5</sup>, que dispõe “sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no país, e dá outras providências”. Vemos a

2. Vale pontuar que não só as ditaduras mobilizaram o nacionalismo como a principal ideologia para a mobilização das massas, e temos no peronismo argentino um bom exemplo de retórica populista em defesa da soberania nacional e anti-imperialista.

3. Para consultar o repositório na íntegra, acessar: <https://www.ersilias.com/discursos-de-augusto-pinochet/>

4. Para consultar o portal na íntegra, acessar: <https://memoriasdeditadura.org.br/>

5. Para consultar a íntegra da letra do decreto, acessar: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>.

ênfase dada às “tradições nacionais”, tais como “valores espirituais e éticos da nacionalidade”, “unidade nacional”, “culto à pátria”, dentre os outros dispostos no artigo segundo, conforme reproduzido abaixo:

Art.2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção de valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do país;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Fonte: Art.2º do Decreto-Lei nº 869 de 12 de setembro de 1969.

## Da voz popular

A mensagem que fica clara na primeira edição do Relatório Anual publicada em 1995 pelo Latinobarómetro – instrumento de mensuração da opinião pública na América Latina – que, naquele ano, contou com pesquisa em oito países (Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela), é que o nacionalismo caracteriza os governos autoritários, ao passo que a capacidade da democracia de enfrentar os problemas econômicos intensificados nos anos 1990s é vista com desconfiança. Ou seja, vemos os efeitos do contágio dos

discursos nacionalistas propagados durante os anos anteriores sobre a percepção do povo, imerso na crise econômica que, por sua vez, tinha causas sistêmicas calcadas na austeridade e no ultraliberalismo defendidos por Margaret Thatcher, Ronald Reagan e organizações como o Fundo Monetário Internacional. A globalização neoliberal, que começa a ser forjada no final do século XX, parece ser antidemocrática aos olhos das massas, na medida em que seus benefícios são restritos e seu funcionamento desgasta os alicerces identitários nacionais, como a língua, as fronteiras e o próprio poder dos governos.

Cruzando duas perguntas feitas para a população em diferentes seções do Relatório de 1995, temos: na Seção I, sobre situação econômica e social, uma das preocupações mais importantes para o povo é que exista progressivamente maior igualdade de oportunidades para melhorar as condições de vida, tal como evidenciado na tabela abaixo:

<b>Pergunta: Você acredita que suas oportunidades de melhorar seu padrão de vida hoje são melhores, iguais ou piores do que as que seus pais tiveram?</b>								
	<b>Argentina</b>	<b>Brasil</b>	<b>Chile</b>	<b>México</b>	<b>Paraguai</b>	<b>Perú</b>	<b>Uruguai</b>	<b>Venezuela</b>
<b>Maiores</b>	39	64	58	35	38	53	49	45
<b>Iguais</b>	21	13	28	20	33	23	17	16
<b>Piores</b>	35	22	12	37	17	20	29	36
<b>NS/NR</b>	5	1	1	8	12	4	5	3
<b>N</b>	1200	1200	1240	1204	587	1226	1220	1200

Tabela 1 – Situação econômica – oportunidades de melhorar o nível de vida. Reproduzido de: Quadro 8. Latinobarómetro (1995).

E, na Seção II, sobre a democracia e as instituições políticas, se perguntou se acaso um pouco de mão dura do governo não vem mal ao país. E as respostas são claras: “*los pueblos de estos países apoyan las medidas decididas de los gobiernos para enfrentar los problemas*”, tal como evidenciado na figura abaixo:

**Pergunta:** Tem gente que diz que uma mãozinha do governo não faz mal para (nacionalidade). Outros dizem que um governo severo não é necessário. Qual frase está mais próxima da sua maneira de pensar?

	Argentina	Brasil	Chile	México	Paraguai	Perú	Uruguai	Venezuela
Um pouco de mão pesada do governo não faz mal ao país	46	52	63	44	70	80	45	78
A mão pesada do governo não é boa para o país	45	36	30	50	20	14	46	18
NS/NR	9	12	7	6	10	5	8	4
N	1200	1200	1240	1204	587	1226	1220	1200

Tabela 2 – Necessidade de mão dura por parte do governo. Reproduzido de: Quadro 12. Latinobarómetro (1995).

Na própria pergunta da pesquisa, a nacionalidade é interligada com “governo de mão dura”. Em outra pergunta da mesma seção, sobre apoio à democracia, temos que “Aproximadamente una de cada cinco personas en Perú (23%), Venezuela y Brasil (21%), Paraguay (20%) y Chile (19%) creen que ‘en algunas circunstancias un gobierno autoritario puede ser preferible a uno democrático’” (Latinobarómetro 1995, 10). Esses resultados se somam às inúmeras publicações acadêmicas que explicam a conexão cognitiva entre nacionalismo e conservadorismo a partir das experiências autoritária e neoliberal pelas quais passaram os cidadãos da região durante a segunda metade do século XX.

Dessa forma, os líderes democráticos acabam por serem entendidos como negligentes com seu povo e país, uma vez que as perspectivas de melhora nas condições de vida neste período (anos 1990s) são mais baixas do que as do período autoritário. Sabemos que inúmeros fatores, principalmente os internacionais relacionados à Guerra Fria e ao Consenso de Washington, contribuíram para a crise econômica na região, limitando a autonomia dos governos democráticos sobre as decisões

macroeconômicas. Contudo, hoje, uma grande parcela desses respondentes insatisfeitos com as desigualdades e nostálgicos do autoritarismo vocaliza o nativismo presente nos discursos de lideranças e partidos políticos extremistas, bem como de perfis digitais propagadores do etno-nacionalismo, racismo e xenofobia em nome de um ufanismo excludente e reacionário.

## **EXTREMISMO DE DIREITA NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XXI**

Após a apreciação de aspectos e discussões centrais na historiografia latino-americana acerca dos percursos político-ideológicos do nacionalismo e liberalismo no século XIX, e dos impactos desses percursos no século XX – em contexto de regimes autoritários, vitória do capitalismo neoliberal e crescente desigualdade socioeconômica –, temos as condições para refletir sobre a ascensão da extrema-direita na região hoje.

Stefanie Ehmsen e Albert Scharenberg (2018), pesquisadores alemães da Fundação Rosa Luxemburgo, apontam que a economia neoliberal e a política de identidade nacionalista formam um casamento de conveniência, uma vez que:

*Enquanto o liberalismo, incluindo sua variante “progressista”, falhou com o povo, muitos, se não a maioria, desse mesmo povo não o culpam. Em vez disso, a direita tem tido grande sucesso em tornar bodes expiatórios as minorias, os imigrantes, os liberais, as feministas, os esquerdistas ou a “elite” (não as empresas, naturalmente, mas a academia e o entretenimento) pela deterioração dos padrões de vida e das condições de trabalho, que são um resultado direto das políticas neoliberais. Essa reviravolta – a substituição de questões econômicas por culturais – funcionou bem para a direita radical. (...) Em geral, muitos entre a elite econômica (fora das indústrias voltadas à exportação) parecem estar se aquecendo com esse casamento de conveniência entre a economia liberal e as políticas identitárias nacionalistas defendidas pela direita radical. Essa “virada nacionalista” está cada vez mais moldando o discurso na sociedade em geral, bem como mais especificamente entre as elites econômicas. O crescente apoio dos economicamente poderosos encoraja ainda mais a direita radical e contribui para o seu sucesso (tradução própria).*

Os pesquisadores estão pensando sobre e a partir da Europa, o que se torna um indicativo empírico de que a ascensão da extrema-direita hoje tem causas, personagens, ideologias, interesses e métodos coordenados em escala global (Forti 2024).

Pensando a partir da América Latina, também podemos verificar o argumento do “casamento de conveniência”. Contudo, como demonstrei em outro artigo (Salgado 2023), é importante situarmos tal conveniência no âmbito do que Pablo Ortellado e Elisa Martins (2022) definiram como “o fenômeno das guerras culturais”. O professor da USP e a jornalista se debruçaram em pesquisa histórica e atual para entender como os temas morais – ideologia de gênero, kit gay, arte degenerada e escola sem partido, tal como denominados pela extrema-direita – se tornaram objetos de conflitos políticos nas democracias liberais e, em especial, no Brasil (o resultado da pesquisa está disponível em *podcast* e documentário produzidos pela Globoplay).

Se verificamos toda uma essência conservadora na formação do nacionalismo latino-americano, é precisamente no momento de auferir benefícios econômicos por meio do exercício do poder que as elites extremistas lideradas, por exemplo, por Jair Bolsonaro no Brasil (2019-2022), Javier Milei na Argentina (2023 - presente) e Nayib Bukele em El Salvador (2019 - presente) irão evocá-la. Isto é, se o aprofundamento das desigualdades econômicas, que é da natureza do neoliberalismo, favorece a elite, nada mais conveniente do que silenciar as críticas a esse modelo com mensagens simples e maniqueístas que amplificam as fraturas sociais. A invenção e perseguição a inimigos é, historicamente, parte das estratégias-base de extremistas e, atualmente, sabemos que esta tem dado certo, em grande medida, devido ao caráter classista do campo progressista, esvaziado em seu propósito de justiça e equidade social, e desconectado das suas bases populares (Batista Jr. 2024).

*[Se] o aprofundamento das desigualdades econômicas, que é da natureza do neoliberalismo, favorece a elite, nada mais conveniente do que silenciar as críticas a esse modelo com mensagens simples e maniqueístas que amplificam as fraturas sociais. A invenção e perseguição a inimigos é, historicamente, parte das estratégias-base de extremistas e, atualmente, sabemos que esta tem dado certo, em grande medida, devido ao caráter classista do campo progressista, esvaziado em seu propósito de justiça e equidade social, e desconectado das suas bases populares.*

Também a academia tem a sua parcela de responsabilidade, uma vez conhecedora da história que nos relembra o triunfo dos interesses econômicos sobre os revolucionários nessa região. Nos anos 1990s, quando tivemos o ápice dos impactos sociais negativos provocados pelas medidas neoliberais adotadas pelos líderes de centro-direita na América Latina, a academia não deu atenção à grande probabilidade de esses impactos motivarem organizações extremistas e radicalizadas, constituídas a partir de um sentimento de revolta entre os chamados “perdedores da globalização” (Williamson 2005). Falamos de sujeitos comuns que, como a maioria dos sujeitos latino-americanos, são conservadores e tradicionalistas<sup>6</sup> (Teitelbaum 2020).

Eles aumentaram a participação na esfera pública à medida que se identificaram com aqueles discursos simples e maniqueístas dos representantes extremistas, como Olavo de Carvalho no Brasil, que desviam do neoliberalismo a causa pela perda de *status* econômico-social, reorientando-a para os imigrantes, feministas, homossexuais e quaisquer grupos identificados com valores modernos, liberais e progressistas. Rapidamente, tais organizações extremistas desdobraram os discursos iniciais em ideias negacionistas e conspiracionistas que contaminam o debate público em campos como o climático, sanitário e de segurança, como podemos ver no exemplo da produtora brasileira Brasil Paralelo e nas inúmeras comunidades digitais acompanhadas pelo Observatório da Extrema Direita<sup>7</sup>.

## CONCLUSÃO

O filósofo político italiano Norberto Bobbio (1996, 24) reforça o peso dos eventos do século XX (Primeira e Segunda Guerra Mundial, Revoluções Comunistas na Rússia e na China, regimes fascistas, descolonizações) na formação de uma visão global antitética e convulsionada da História, que culmina na convicção catastrófica do extremismo. No caso da América Latina, uma região da semiperiferia do capitalismo mundial, podemos acompanhar como o sentido de catástrofe se constrói com forte cunho conservador na esfera moral, herdado do percurso histórico apresentado neste ensaio. Diante da impossibilidade de enfrentar as mazelas do neoliberalismo, os líderes conservadores e autoritários do século XX idealizaram um etno-nacionalismo (Bar-on 2018), que viria a ser o conceito-mestre da extrema-direita no século seguinte.

---

6. Benjamin Teitelbaum definiu da seguinte forma o conceito de tradicionalismo, desenvolvido em seu livro *War for Eternity: The Return of Traditionalism and the Rise of the Populist-Right*, em entrevista para a Fundação FHC, em 26 de fevereiro de 2021: “Nós vivemos em uma era de tumulto e confrontação com um status quo maligno, secular e globalista, e a única forma de recuperar uma sociedade ideal, espiritual e ordeira como a que (supostamente) existiu no passado é por meio da destruição da sociedade e das suas instituições que existem hoje, o que acabará levando a um Renascimento”.

7. “O Observatório da Extrema Direita (OED) é uma iniciativa de pesquisa dedicada a monitorar e analisar governos, partidos, movimentos e subculturas da direita radical e da extrema-direita no Brasil e no mundo”, conforme definido em seu website: <https://www.oedbrasil.com.br/sobre>.

Atualmente, esse conservadorismo se traduz na radicalização de valores, como a iniquidade institucionalizada. Isto é, se as diferenças entre pessoas são naturais e positivas para uma boa sociedade, o Estado não deve interferir com políticas sociais endereçadas para imigrantes, negros, indígenas e mulheres, por exemplo. A extrema-direita latino-americana hoje culpa o liberalismo pela crise da sociedade moderna por discordar dos valores a serem universalizados (direitos políticos e liberdades civis) – precisamente aqueles valores que ficaram para trás junto com as reformas liberais não empreendidas pelos líderes revolucionários no século XIX e rejeitadas pela elite política no século XX, especialmente durante os anos de autoritarismo.

E como explicar a adesão de setores prejudicados por essa iniquidade institucionalizada? Como chegamos a ver hoje parte de grupos como o LGBTQIA+ e o de trabalhadores plataformizados conscientemente reunidos e ativos em redes e manifestações da extrema-direita? Como fica claro no Relatório Anual de 1995 publicado pelo Latinobarómetro, a democracia como regime político capaz de representar a voz do povo e endereçar os seus problemas reais, como pobreza, fome, acesso a saúde, educação e trabalho, vem sendo desafiada. E o desafio não é apenas operacional, isto é, fazer a democracia funcionar como prática eleitoral e como sistema de valores reunidos no liberalismo constitucional. O desafio é sobretudo afetivo – existe uma ansiedade crescente provocada pela sobreposição de crises (econômica, climática, de segurança, sanitária) sem soluções de médio alcance nem respostas ao alcance do entendimento da maioria vulnerável que mais sofre com elas. Se o senso de comunidade se esgarça em meio a tantos efeitos desproporcionalmente distribuídos, os extremos adquirem mais representatividade do que os moderados, que passam a ser entendidos como aqueles que detêm os privilégios de classe, raça e gênero.

*Atualmente, [o] conservadorismo se traduz na radicalização de valores, como a iniquidade institucionalizada. Isto é, se as diferenças entre pessoas são naturais e positivas para uma boa sociedade, o Estado não deve interferir com políticas sociais endereçadas para imigrantes, negros, indígenas e mulheres, por exemplo. A extrema-direita latino-americana hoje culpa o liberalismo pela crise da sociedade moderna por discordar dos valores a serem universalizados...*

Assim como era preciso incluir a preocupação com as bases populares para a realização do ideal revolucionário que motivou as independências da América Hispânica no século XIX, no contexto atual, a radicalização da democracia – isto é, a preocupação com a qualidade do debate político para que seja inclusivo e responsivo a quem recebe os impactos das decisões – é o caminho mais pragmático. Sem ele, temos a esfera pública contaminada por quem se sente excluído desse debate político e, portanto, da própria democracia. Um dos principais reflexos da ascensão da extrema-direita hoje é a capacidade de organização desse grupo, com indivíduos cadenciados em bolhas reais e digitais nas quais circulam proposições acerca de uma democracia iliberal, ou pós-democracia, “onde se vai além da ideia de governo pelo povo para desafiar a ideia de governo. Isto é, a redução dos políticos a algo mais parecido com varejistas de interesses privados do que com governantes” (Crouch 2004, 7). A ação do centro moderado transnacional precisa atualizar o liberalismo como um sistema de valores mais identificado com as orientações político-ideológicas das diferentes sociedades (o que seria algo como provincializar o liberalismo europeu, definido por experiências históricas próprias), tanto quanto rever os fundamentos democráticos para a prática da cidadania – pois, sem ela, como vimos, o projeto de nação na América Latina seguirá inacabado. ■

## Referências Bibliográficas

- Bar-On, Tamir. 2018. "The Radical Right and Nationalism". In *The Oxford Handbook of the Radical Right*, Jens Rydgren (org.): 17-41. Reino Unido: Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190274559.013.2>.
- Batista Jr., Paulo Nogueira. 2024. "Os desafios da esquerda". *Brasil de Fato*, 24 de fevereiro de 2024. <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/24/os-desafios-da-esquerda>.
- Bermúdez, Ángel. 2023. "O plano para transformar a Grã-Colômbia em monarquia (e o que fez Simón Bolívar)". *BBC News Brasil*, 20 de agosto de 2023. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cev8yw4lwn9o>.
- Bobbio, Norberto. 1996. *Left and Right. The Significance of a Political Distinction*. Itália: Donzelli Editore.
- Cardoso, Ciro Flamarion & Héctor Brignoli. 1984. *História Económica de América Latina*. 2ª Ed. Porto Alegre: Graal.
- Carvalho, José Murilo de. 2013. "Independência sempovo". *OGlobo*, 10 de setembro de 2013. <https://oglobo.globo.com/opiniao/independencia-sem-povo-9891124>.
- Chiaromonte, José Carlos. 1991. "El mito de los orígenes en la historiografía latinoamericana". *Cuadernos del Instituto Ravignani* 2. Buenos Aires: Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani. <https://ravignanidigital.com.ar/tms/series/cuadernos/cua-02.pdf>.
- Crouch, Colin. 2004. *Coping with Post-democracy*. London: Fabian Society. <https://fabians.org.uk/wp-content/uploads/2012/07/Post-Democracy.pdf>.
- Cueva, Agustín. 1977. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. México: Siglo Veintiuno Editores. <https://proletarios.org/books/Agustin-Cueva-El-desarrollo-del-capitalismo-en-america-latina.pdf>.
- Ehmsen, Stefanie & Albert Scharenberg. 2018. "The Far-right in Government. Six Case Studies from across Europe". *Rosa Luxemburg Stiftung*. <https://www.rosalux.de/en/publication/id/39160/the-far-right-in-government>.
- Forti, Steven. 2024. "¿La extrema derecha otra vez «de moda»? Metapolítica, redes internacionales y anclajes históricos". *Nueva Sociedad* 310. <https://nuso.org/articulo/310-extrema-derecha-otra-vez-de-moda/>.
- Frasquet, Ivana. 2022. "Las independencias iberoamericanas a debate: reflexiones sobre revoluciones y liberalismos en la década de 1820". *Revista Brasileira de História* 42(91):101-122. <https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n91-06>.
- Frasquet, Ivana & Manuel Chust. 2013. *Tiempos de revolución: comprender las independencias iberoamericanas*. Madrid: Taurus.
- Hobsbawm, Eric. 1990. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. São Paulo: Paz e Terra.
- IRI-USP. 2015. "4º Encontro do Ciclo Identidades Latino-Americanas". Última modificação em 23 de novembro de 2015. <http://www.iea.usp.br/noticias/liberalismo-e-tensoes-populares-marcam-origens-conceituais-de-america-latina>.
- Jancsó, István & João Paulo Garrido Pimenta. 2000. *Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)*. São Paulo: Editora SENAC.
- Latinobarómetro. 1995. *Relatório Anual*. Acessado em 22 de agosto de 2024. <https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>.
- Lynch, Christian Edward Cyril. 2012. "Monarquía sin despotismo y libertad sin anarquía: Historia del concepto de liberalismo en Brasil". In *La aurora de la libertad: los primeros liberalismos en el mundo iberoamericano*, Javier Fernández Sebastián (org.): 75-115. Madrid: Marcial Pons Ediciones de Historia.
- Ortellado, Pablo & Elisa Martins. 2022. "Guerras culturais: uma batalha pela alma do Brasil". *Globo Play*, 26 de agosto de 2022. <https://www.globo.com/podcasts/guerras-culturais-uma-batalha-pela-alma-do-brasil/bb970d66-e4d0-4087-bb44-84436175ddd8/>.
- Salgado, Carolina. 2023. "Contested Cosmopolitanism in Populist Radical Right Foreign Policy", In *Populist Radical Right & Illiberal*

Foreign Policymaking, *Contexto Internacional* 45 (2): 17-25. <https://www.scielo.br/j/cint/a/p5GcHMdNMRtt6n6CWcZC6dJ/?format=pdf&lang=en>.

Straka, Tomás. 2011. "Los primeros liberales: el nacimiento de un proyecto nacional (Venezuela, 1810-1840)". In *Liberalismo y poder: Latinoamérica en el siglo XIX*, Iván Jaksic & Eduardo Posada Carbó (orgs.): 89-118. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica.

Teitelbaum, Benjamin. 2020. *Guerra pela eternidade – o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. São Paulo: Editora UNICAMP.

Wasserman, Claudia. 2000. *História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)*. 3ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Weinberg, Gregorio. 2020. *Modelos educativos en la historia de América Latina*. Buenos Aires: Editora CLACSO.

Williamson, Jeffrey. 2005. "Winners and Losers over Two Centuries of Globalization". In *Wider Perspectives on Global Development*, UNU-WIDER, Anthony Atkinson, Kaushik Basu et. al. (orgs.): 136-174. Londres: Palgrave Macmillan. <https://www.nber.org/papers/w9161>.

**Como citar:** Salgado, Carolina. 2024. "Liberalismo, nacionalismo e extremismo de direita: percursos político-ideológicos na América Latina". *CEBRI-Revista* Ano 3, Número 11 (Jul-Set): 69-87.

**To cite this work:** Salgado, Carolina. 2024. "Liberalism, Nationalism and Right-Wing Extremism: Political-Ideological Paths in Latin America." *CEBRI-Journal* Year 3, No. 11 (Jul-Sep): 69-87.

**DOI:** <https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2024.11.02.04.69-87.pt>

Recebido: 27 de agosto de 2024

Aceito para publicação: 9 de setembro de 2024

---

Copyright © 2024 CEBRI-Journal. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.